

QUANDO OS FALANTES NATIVOS SÃO OS PROFESSORES,
OS PROFESSORES SÃO PESQUISADORES, E OS LINGUISTAS SÃO PARCEIROS

Wilmar R. D'Angelis

RESUMEN. En las últimas décadas he participado, como lingüista, en varias acciones relacionadas con la formación de maestros indígenas y consultoría en programas de educación escolar indígena, directamente con sus educadores. En especial he trabajado en programas y escuelas de la etnia Kaingang. En todas estas acciones he experimentado la práctica de la investigación colaborativa con los hablantes nativos del idioma, y al mismo tiempo he tratado de promover la capacitación de los maestros indígenas como investigadores nativos. En verdad, esa capacitación abarca no solamente maestros, una vez que en los talleres que realizamos es crucial la presencia de hablantes nativos mayores, de manera que algunos de ellos, como auténticos intelectuales indígenas, sacan el máximo provecho de tales momentos de estudio en común. En el presente texto, he puesto énfasis en los logros éticos y científicos que se obtienen con ese tipo de colaboración (lo que se ejemplifica con el “descubrimiento” de una categoría gramatical de género en el idioma Kaingang), con consecuencias fácilmente deducibles para la calidad de la educación escolar en comunidades indígenas, sobre todo como contribución al fortalecimiento y revitalización de sus lenguas.

Palabras clave: investigación colaborativa, lengua kaingang, investigadores nativos.

ABSTRACT. In the last decades I have participated, as a linguist, in several activities related to indigenous teacher training and consultancy in indigenous education programs, in direct contact with their teachers. I have worked mainly in programs and schools of the Kaingang nation. I have experienced the practice of collaborative research with native speakers of the language in all these activities, and at the same time I have tried to promote the training of indigenous teachers as native researchers. Indeed, this training includes not only teachers, as in the workshops we do the presence of older native speakers is crucial, so that some of them, as genuine indigenous intellectuals, take full advantage of such moments of study. In this text, I have focused on ethical and scientific achievements obtained with this type of collaboration (which is exemplified by the “discovery” of a grammatical category of gender in the Kaingang language), with easily deducible consequences regarding the quality of school education in indigenous communities, especially as a contribution to strengthening and revitalizing their languages.

Keywords: collaborative research, Kaingang language, native researchers.

RESUMO. Nas últimas décadas, tenho participado, como linguista, de várias ações relacionadas à formação de professores indígenas e de consultoria de programas de educação indígena, atuando diretamente com seus professores. Em especial, tenho trabalhado em programas e escolas da etnia Kaingang. Em todas essas ações, tenho experimentado a prática de investigação colaborativa com falantes nativos da língua e, ao mesmo tempo, tratamos de promover a for-



Signo y Señá, número 29, junio de 2016, pp. 63-77

Facultad de Filosofía y Letras (UBA)

<http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index>

ISSN 2314-2189

mação de professores indígenas como pesquisadores nativos. Na verdade, esta formação não abrange apenas os professores, uma vez que nas oficinas que fazemos é fundamental a presença de falantes nativos mais velhos, de modo que, alguns deles, como autênticos intelectuais indígenas, tiram o máximo de aproveitamento desses momentos de estudo em comum. No presente texto, pus ênfase nos ganhos éticos e científicos obtidos com este tipo de colaboração (que é exemplificado pela “descoberta” de uma categoria gramatical de gênero na língua Kaingang), com consequências facilmente dedutíveis para a qualidade da educação escolar em comunidades indígenas, especialmente como uma contribuição para o fortalecimento e revitalização de suas línguas.

Palavras-chave: pesquisa colaborativa, língua kaingang, pesquisadores nativos.

1. INTRODUÇÃO: DOCUMENTAÇÃO E REGISTRO DE LÍNGUAS INDÍGENAS. Desde os primeiros anos da conquista da América pelos europeus, a documentação e o registro de línguas indígenas ocorre basicamente segundo um dos seguintes padrões:

- (1) o registro utilitário (missionário e colonialista);
- (2) o registro “arqueológico” (naturalista, científico e colonialista);
- (3) o registro fragmentado em proveito de teorias linguísticas.

Tais registros também se distinguem por orientar-se em uma das seguintes perspectivas:

- (A) o registro culturalmente informado;
- (B) o registro formal desenraizado da cultura.

Todos os registros combinam um daqueles três padrões com uma dessas duas perspectivas, embora seja muito frequente (quase *default*) que os registros de tipo (1) e (3) combinem-se com a opção (B). Mais raramente pode ocorrer uma mescla, em alguma medida, das opções (1) e (2). É improvável, no entanto, que um mesmo registro combine ou mescle o padrão (1) com a perspectiva (A); no máximo o que se pode encontrar (até mesmo com frequência) é um estudo na perspectiva (B) que —por acaso ou como detalhe curioso— destaca algum elemento semântico ou alguma categoria gramatical particular que parece “exótica” da perspectiva da língua do pesquisador. Mesmo nesses casos, o que se destaca é o estranhamento e o distanciamento da visão “ocidental”, sendo pouca ou nenhuma a compreensão de suas relações profundas com a cultura em questão.

1.1. O REGISTRO UTILITÁRIO. O registro de cunho utilitário objetiva reunir informação lexical e conhecimento de elementos centrais do funcionamento gramatical de determinada língua indígena para permitir sua disseminação e uso por agentes do mesmo projeto colonialista (seja em ações de caráter econômico, seja naquelas de caráter missionário, ou em uma combinação de ambos). Assim surgiram os conhecidos vocabulários e as conhecidas gramáticas de missionários dos séculos XVI e XVII sobretudo (como por exemplo, Anchieta 1595, Montoya 1640), do mesmo modo que surgiram os vários vocabulários e algumas gramáticas de missionários evangélicos (como os do SIL)¹ nos séculos XX e XXI. A maior evidência de que tais instrumentos linguísticos caracterizam-se por constituir um registro “desenraizado da (respectiva) cultura” é o fato de que invariavelmente surgiram concomitantes a (ou foram a base para) catecismos, livros de orações e hinários na língua indígena, ou mesmo, traduções de livros bíblicos, particularmente do Novo Testamento, para a língua em questão.

1.2. O REGISTRO “ARQUEOLÓGICO”. O registro de cunho “arqueológico” parte do princípio de que o estudioso (naturalista, antropólogo ou linguista) está diante dos últimos testemunhos de uma língua viva (como poderia estar diante das últimas ou únicas cerâmicas intactas de uma determinada tradição ceramista indígena). Em razão disso, o pesquisador entende que sua tarefa mais relevante (ou mesmo, sua missão) é proceder a “recolha” de algum material representativo da língua em questão, que permita “guardá-la” para a posteridade, em vista de estudos históricos e comparativos que se poderá vir a fazer com tais registros.

Os quase incontáveis vocabulários “recolhidos” ao longo do século XIX e primeira metade do século XX (tanto maiores quanto menores, tanto bem como mal registrados) não pretenderam ser mais do que isso: testemunhos de uma língua cujo desaparecimento era dado como certo, da qual se conservavam alguns elementos de curiosidade (sobretudo na perspectiva dos naturalistas do XIX) ou algum conjunto representativo da língua em uso (como no caso do empreendimento boasiano, nos Estados Unidos do começo do século XX), que permitiriam seu reconhecimento e, até (no segundo caso), seu estudo futuro.

1 *Summer Institute of Linguistics*. Atualmente, no Brasil, a sigla é traduzida por Sociedade Internacional de Linguística.

A aproximação com a arqueologia, sugerida aqui, se faz com a chamada “arqueologia de salvamento” ou “de resgate” (ou, ainda, “arqueologia de contrato”). Trata-se de trabalhos de levantamento e escavação de sítios arqueológicos em áreas a serem atingidas por obras de engenharia (como estradas, barragens e obras de hidrelétricas), custeados pelos executores e interessados na obra, e muitas vezes à guisa de minimização do impacto ambiental ou de compensação pelos danos ao patrimônio histórico e cultural². Tais pesquisas são sempre limitadíssimas em tempo (obrigam-se a obedecer o cronograma da obra que causa o impacto) e igualmente limitadíssimas em resultados, quando se compara com o que acaba sendo perdido. Esse tipo de pesquisa reduz-se ao que se convencionou chamar de “cobertura amostral”, e raramente vai além do reconhecimento de sítios por camadas superficiais, na maior parte dos casos atendendo a indicações de moradores regionais a respeito da localização de achados. Não há dados (seguros ou não), mas se pode estimar que nenhuma arqueologia de contrato chega a 5 por cento ou, no máximo 10 por cento de efetivo resgate da informação e do material arqueológico que sofre impacto e destruição com a respectiva obra (exceto em casos de campo de impacto muitíssimo reduzido, o que é incomum em obras desse tipo)³.

1.3. O REGISTRO FRAGMENTADO, EM PROVEITO DE TEORIAS. Esse tipo de registro está diretamente relacionado ao desenvolvimento das teorias linguísticas. Trata-se de um registro fragmentado porque nenhuma teoria olha, com a mesma atenção, interesse e, menos ainda, competência, para os muitos aspectos da linguagem. Pode-se dizer, mesmo, que não existe, hoje, uma “teoria geral da linguagem”, que empregue os mesmos princípios e procedimentos para tratar da fonologia, da sintaxe e da semântica de uma língua, para citar três campos fundamentais. De fato, no último meio século

2 Veja-se, por exemplo, Caldarelli e Monteiro dos Santos (2000).

3 Há alguns anos vem se desenvolvendo no Brasil e em diversos outros países da América, especialmente do Sul, um projeto europeu (alemão-holandês) denominado DOBES: *Dokumentation bedrohter Sprachen*, cujo perfil é nitidamente de registro “arqueológico”, no sentido empregado aqui. O Programa DOBES registra (ou suporta o registro) de línguas minoritárias em diversas partes do mundo, e seu principal suporte são recursos da Fundação Volkswagen. A alegação, por parte de pesquisadores participantes desse programa, de que um dos objetivos dele é a “manutenção e revitalização” das línguas ameaçadas não tem respaldo nas ações efetivas que respondem por mais de 90 por cento dos custos do projeto. Devo acrescentar que o parecerista anônimo deste artigo destaca que o apoio da F. Volkswagen exclui explicitamente projetos de revitalização.

foram se desenvolvendo teorias particulares ou modulares para cada campo ou nível de análise linguística.

O registro fragmentado é o que mais se produz, atualmente, nos programas de pós-graduação em linguística pelo mundo afora. Uma tese trata da “fonologia segmental” da língua “X”, enquanto outra trata da “fonologia autosegmental” da língua “Y”. Uma tese trata da incorporação nominal nas línguas da família “A” nos pressupostos da teoria “S”, enquanto outra discute a posse nominal nas línguas da família “B” em uma abordagem “F”. Uma tese discute o sistema de referência cruzada na sintaxe da língua “L” segundo a teoria “O”, enquanto outra tenta esmiuçar o comportamento das anti-passivas na língua “M” com base na teoria “G”.

Costuma integrar o conjunto de princípios que subjaz a esse tipo de pesquisa a ideia de que “as línguas não tem donos”, ou seja, são “patrimônio humano” ou “mundial”, de modo que qualquer pesquisa linguista está, de antemão, auto-justificada.

Na esmagadora maioria dos casos, são estudos calcados em pesquisas de campo realizadas em viagens de curta permanência. Com frequência uma tese de doutorado com esse perfil se produz com duas ou no máximo três viagens a campo, totalizando, em média, dois a quatro meses de permanência em campo.

2. A LÍNGUA REDUZIDA. Ninguém duvidará que a grande maioria desses tipos de registro, mesmo aqueles mais comprometidos ideologicamente, trazem algum conhecimento ou alguma informação relevante acerca da língua indígena de que tratam. Apesar disso, têm em comum uma mesma deficiência: o que há de comum aos três padrões, caracterizados acima, é o fato de serem registros de um ponto de vista totalmente exterior à língua e à comunidade linguística. A língua, nesses trabalhos, é objeto de um olhar analítico externo sobre um conjunto de enunciados (*corpus*), na maioria dos casos produzidos “sob encomenda” (elicitados) do pesquisador. A distância ou as diferenças (previsíveis) entre os resultados de uma tal análise e a realidade linguística que a inspirou, em alguns casos chegam a ser intransponíveis.

3. A PESQUISA PARTICIPANTE. Já nas décadas de 1960 e 1970, em reação a uma ciência social comprometida com a dominação política e cultural nos países da América Latina (capitaneada pelos técnicos e consultores das “agências de desenvolvimento” do Primeiro Mundo, em especial dos Esta-

dos Unidos), cientistas sociais e educadores dessa parte do continente passaram a questionar o modo específico e ideologicamente comprometido daquela forma de diagnosticar e mapear a realidade. Colocou-se em questão a perspectiva que faz, dos grupos sociais e suas comunidades, meros objetos de estudo e alvos de ações de intervenção (mesmo as “bem intencionadas”) gestadas sempre externamente. Colocaram-se em cheque as próprias metodologias de pesquisa, demonstrando-se o caráter questionável de suas conclusões, ou seja, de sua interpretação da realidade.

Forjaram-se, então, as metodologias conhecidas como “pesquisa participante” e “pesquisa-ação”⁴. Segundo Marcela Gajardo, os trabalhos, nessa perspectiva,

são baseados na necessidades de grupos sociais politicamente marginalizados. Seu objetivo é o de trabalhar com os grupos excluídos, em situações comuns de trabalho e estudo, e trocar informações para colaborar na mudança das condições de dominação (Gajardo 1986, 45).

Algumas das outras características elencadas por Gajardo (1986) são:

Ao invés de se manter distância entre o pesquisador e o grupo que vai ser examinado, tal como se exige nas ciências sociais tradicionais, propõe-se a interação. No desenrolar do estudo, aspira-se a uma comunicação o mais possível horizontal entre todos os participantes. Isso pressupõe que as metas e o desenvolvimento do projeto não sejam previamente determinados.

Uma das importantes inspirações das práticas de pesquisa participante no Brasil foram a prática e as reflexões do grande educador Paulo Freire, particularmente nas obras *Educação como prática de liberdade* (1965) e *Pedagogia do oprimido* (1970). Entende-se pois, porque, nas palavras de Roberto Richardson,

a pesquisa participante enfatiza a socialização do saber, tentando romper com o monopólio do conhecimento, através da participação dos sujeitos na análise e solução de seus problemas. Portanto, a diferença fundamental entre a pesquisa participante e a pesquisa “tradicional” é o controle sobre a produção e uso do conhecimento (Richardson 2004, 177).

Sendo assim, é uma característica central da pesquisa participante a

4 Alguns estudiosos não fazem distinção entre as duas denominações, enquanto outros sugerem diferenças, embora os limites entre uma e outra permaneçam tênues.

promoção da produção coletiva de conhecimentos, rompendo o monopólio do saber e da informação, permitindo que ambos se transformem em patrimônio dos grupos marginalizados (Gajardo 1986, 47).

O fato é que esse tipo de abordagem ganhou espaço e praticantes entre sociólogos e educadores, mas não alcançou tão cedo a Linguística na América Latina, salvo raras exceções a partir dos anos 80. Isso não significa que linguistas no Brasil e na América Latina em geral não fossem sensíveis à causa indígena, às lutas de sobrevivência desses povos e de suas culturas e línguas. Ao contrário, essa preocupação e compromisso social estão bem documentados; veja-se, por exemplo, o número monográfico da revista *Cadernos de Estudos Linguísticos* de 1983, sob o tema “Linguística indígena e responsabilidade social”⁵. No entanto, de modo geral essa consciência não afetou, tão cedo, o modo de realizar pesquisa linguística em sociedades indígenas. Os manuais clássicos de “pesquisa de campo” (como Samarin 1967) forjaram a prática de pesquisa das primeiras gerações de estudiosos brasileiros de línguas indígenas, a partir da formação de linguistas (no país ou no exterior) de meados da década de 1970 em diante⁶.

4. A PESQUISA COLABORATIVA. A pesquisa colaborativa é uma forma de pesquisa participante, com as particularidades de um empreendimento que não visa apenas “conhecer”, “diagnosticar” e “enfrentar problemas” para solucioná-los, mas também construir conhecimento nem sempre voltado à aplicação prática imediata.

Embora já configure a *praxis* de diversos linguistas, especialmente a partir dos anos 90, a pesquisa colaborativa em línguas indígenas ainda não ganhou, na América do Sul, espaço de reflexão nas publicações especializadas. Ao contrário daqui, no hemisfério Norte a reflexão sobre “pesquisa baseada na comunidade” (*community-based language research*), “pesquisa-ação participativa” (*participatory action research*), “pesquisa centrada na comunidade” (*community-centered research*) ou “pesquisa colaborativa” tem ganhado espaço de reflexão teórica nos últimos anos (vejam-se Czaykowska-Higgins 2009, Rice 2011). Não é de estranhar, ali-

5 Disponível em <http://revistas.uel.unicamp.br/index.php/cel/issue/view/55>.

6 Antes desse período, são apenas exceções os brasileiros a obter formação linguística (voltados a línguas indígenas), sempre no exterior: Aryan D. Rodrigues (Alemanha, 1958), Lucy Seki (União Soviética, 1973), Yonne F. Leite (Estados Unidos, 1974).

ás, que a obra de Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido*, seja citação obrigatória nas discussões sobre o tema (cf. Czaykowska-Higgins 2009, 26 e 42; Rice 2011, 189).

Na pesquisa colaborativa (ou “pesquisa baseada na comunidade”) a investigação é feita junto com a comunidade, por demanda dela própria, ou os tópicos da pesquisa são negociados com ela. Em outras palavras: ou se trata de uma pesquisa cujo escopo foi definido pela própria comunidade que, a partir daí, demandou apoio de linguista(s); ou se trata de uma pesquisa proposta pelo linguista, mas cujo foco e abrangência precisam ser negociados com a comunidade envolvida. Em alguns casos, todo o projeto da pesquisa —desde a primeira sugestão para sua realização— é construído na interação entre a comunidade (ou parte representativa dela) e o(s) pesquisador(es) linguista(s).

Na pesquisa colaborativa a comunidade está envolvida e interessada nos resultados da pesquisa, de modo que ela acompanha e participa com interesse de todas as etapas de investigação. Em uma pesquisa que não atende a interesses da comunidade e na qual seus membros participam apenas como “informantes” (isto é, prestadores de serviço ao pesquisador linguista), mesmo quando os “informantes” chegam a entender —ou talvez, é melhor dizer, vislumbrar— por onde vão os interesses da investigação, eles não sentem qualquer compromisso com a pesquisa e com seus resultados acadêmicos. Ademais, mesmo quando vislumbram os objetivos da investigação, eles não os entendem claramente porque não foram chamados a participar de sua definição, além de desconhecer suas hipóteses de partida e o modo de funcionamento das ferramentas de pesquisa.

Dito de outro modo, na pesquisa colaborativa a comunidade envolvida tem participação na definição da pesquisa (seu foco, sua abrangência, seus limites), aporta conhecimento e amplia seu conhecimento com ela⁷. Ocorre aí um processo de socialização e democratização de conhecimento.

Nas palavras de Czaykowska-Higgins,

[n]a medida em que modelos como o da Pesquisa Linguística Baseada na Comunidade envolvem verdadeira colaboração e parceria [...] eles também envolvem, inevita-

7 Em termos de uso comum se poderia dizer que a comunidade “também ganha conhecimento”; no entanto, do ponto de vista (paulo-freireano) que assumo, não se “ganha conhecimento” porque ninguém “dá conhecimento”; trata-se de construir conhecimento, “aprender” como gostava de usar o próprio Paulo Freire.

velmente, reciprocidade e partilha na criação de conhecimento (Czaykowska-Higgins 2009, 25)⁸.

Esse princípio parte do fato de que

[a] Pesquisa Linguística Baseada na Comunidade está fundada no reconhecimento de que os membros da comunidade têm expertise e podem se tornar peritos. Em razão disso, reconhece que os linguistas não são nem pesquisadores exclusivos nem os únicos experts, e que seu papel é ser parceiros em uma relação colaborativa na qual todos os parceiros aprendem uns com os outros (Czaykowska-Higgins 2009, 25).

A mesma autora destaca outro componente subjacente à maioria das pesquisas que assumem essa perspectiva, qual seja, o pressuposto

de que a pesquisa não é simplesmente um ato intelectual, mas que é também um ato prático que pode ter implicações práticas e aplicações, especialmente para melhorar as condições sociais. À medida em que um modelo como o da Pesquisa Linguística Baseada na Comunidade está focado na produção de conhecimento e de materiais que podem ser úteis às comunidades para o ensino e revitalização da língua, esse tipo de pesquisa também tem um forte componente prático focado na comunidade (Czaykowska-Higgins 2009, 26).

Um outro modo pelo qual a pesquisa colaborativa contribui com a comunidade envolvida é pelo que se costumou denominar “empoderamento”. O respeito à autonomia das comunidades é, também, uma forma de fortalecer sua autonomia. De fato, em muitos casos, respeitar a autonomia das comunidades é levá-las a assumir, novamente, algum tipo de autonomia, depois de décadas ou, até, mais de século em que se encontram totalmente subjugadas e submetidas às determinações dos não-índios (agentes indigenistas, missionários, pesquisadores etc.). Para Battiste y Henderson (2000),

[p]rincípios e práticas de pesquisa ética deveriam capacitar nações indígenas, pessoas e comunidades a exercer controle sobre a informação relacionada aos seus conhecimentos e herança cultural e a elas próprias. Esses projetos deveriam ser gerenciados conjuntamente com as pessoas indígenas, e as comunidades sob estudo deveriam beneficiar-se de treinamento e oportunidades de emprego geradas pela pesquisa. Acima de tudo, é vital que os povos indígenas tenham participação direta no desenvolvimento e definição das práticas e projetos de pesquisa relacionados a eles. Atuar de outro modo é repetir aquele padrão familiar de decisões tomadas para os povos indígenas por aqueles que presumem saber o que é melhor para eles (Battiste y Henderson 2000, 132, apud Rice 2011, 199).

8 Nessa e nas demais citações dos artigos em inglês, as traduções são minhas.

Trata-se, portanto, de compreender e reconhecer que uma pesquisa linguística —como qualquer pesquisa— “não é conduzida em um vácuo social, político ou cultural”, como observou Czaykowska-Higgins. Assim sendo, não há pesquisa sem consequências. No mínimo, se uma pesquisa é conduzida “de fora para dentro”, ao estilo “tradicional”, ela reforça as práticas colonialistas que ferem e enfraquecem a autonomia das comunidades envolvidas. Como afirmei em outro lugar,

em meu ponto de vista, não existe “Ciência neutra” ou “neutralidade científica”. Não existe cientista —ou, usando uma citação de Raul Seixas, “doutor, padre ou policial”— que não esteja contribuindo “com sua parte para o nosso belo quadro social”. A questão é saber de que lado o sujeito ou sua pesquisa estão; não existe “o lado da Ciência”, alheio aos destinos ou interesses humanos (D'Angelis 2011, 21).

5. UM RESULTADO PARTICULAR. Entre meados da década de 1970 e meados da década de 1980 trabalhei como indigenista, em regime de voluntariado, junto ao povo indígena Kaingang⁹. Iniciei minha formação como linguista em 1990, e desde meados daquela década tenho participado, como tal, de diversas ações relacionadas à formação de professores indígenas, e em particular os da etnia Kaingang¹⁰.

Nessas ações atuei, ora como convidado das comunidades interessadas, ora como consultor indicado pelos indígenas participantes. E em todas essas ações tenho experimentado a prática da pesquisa colaborativa com os falantes nativos da língua, ao mesmo tempo em que buscamos promover a capacitação de professores indígenas como pesquisadores nativos¹¹. Posso assegurar que o resultado é um diálogo muitíssimo enriquecedor para todos, e um espaço de descobertas de parte a parte. A partir

9 Os Kaingang são uma população indígena falante de uma língua da família Jê, dispersa pelos quatro Estados mais meridionais do Brasil (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), com uma população que estimo, atualmente, em cerca de 45 mil pessoas (em 2010 o Censo do IBGE computou 37.470 pessoas). Sobre os Kaingang, suas localizações, história e cultura, ver *Portal Kaingang* (www.portalkaingang.org).

10 No caso dos Kaingang, tenho atuado: (i) como linguista consultor da escola da Terra Indígena Inhacorá, no Rio Grande do Sul, entre 1998 e 2002; (ii) como docente responsável pelas disciplinas “Língua Materna” e “Sociolinguística” no curso Váfy de formação de (mais de 80) professores em Magistério (Ensino Médio), no Rio Grande do Sul, entre 2001 e 2006; (iii) como docente no curso “Ênfase” em 2007 e 2008, com jovens formados ou formando em Magistério (Ensino Médio); (iv) como coordenador e linguista do Projeto de Revitalização do Kaingang Paulista, de 2013 aos dias atuais.

11 No plural refiro-me à organização não-governamental Kamuri, e ao Grupo de Pesquisa Indíomas, credenciado junto ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

do momento em que entendem que as línguas trabalham com regularidades, organizam seus sub-sistemas de modo estruturado e possuem categorias próprias que podem ser distintas de outra língua que conhecem, os falantes nativos passam a explorar sua curiosidade sobre o seu sistema linguístico, e formulam hipóteses muitas vezes ainda não sugeridas pelos estudiosos da mesma língua.

Como um resultado exemplar desse empreendimento dialógico-colaborativo, destaco as conclusões a que cheguei a respeito da alternância entre os fonemas /ĕ/ e /õ/ (na forma ortográfica atual, < ê > e < ã >, respectivamente), quanto trabalhava na assessoria linguística da escola kaingang da Terra Indígena Inhacorá¹² (Noroeste do Rio Grande do Sul)¹³.

Os fonemas /ĕ/ e /õ/ comparecem em grande número de itens lexicais como /rĕ'ŋrɔ/ *rĕngró* ('feijão'), /põ'ʔi/ *pã'i* ('chefe'), /fĕn'fĕn/ *fĕnfĕn* ('tatu'), [ku'rõ] *kurã* ('dia'), etc. No entanto, acostumando-se com a língua, aos poucos se percebe que uma mesma palavra ora é pronunciada com um dos fonemas, ora com outro, assim: [rĕ'ŋrɔ] ~ [rõ'ŋrɔ], [fĕnt'fĕn] ~ [fõnt'fõn].

Tal variação se observa na fala de uma mesma pessoa, em momentos ou ocasiões diferentes, conforme registrei em meus cadernos de anotação linguística, quando ainda atuava apenas como indigenista entre os Kaingang, nas décadas de 1970 e 1980. A linguista-missionária Ursula Wiesemann (então integrante do SIL), que produziu os mais extensos trabalhos sobre a língua Kaingang (incluindo uma gramática e um dicionário), deu as mais diferentes explicações para essas variações, sem chegar a compreender seu verdadeiro funcionamento e sentido. Segundo Wiesemann (1967, 2), a pronúncia das palavras, com aquela vogal, variaria com o ambiente (fonológico), “mas também pode se pronunciar à vontade, ou todos como (ĕ), ou todos como (ã) ou todos como (õ), dependendo da inclinação do falante”. Gloria Kindell, autora da análise fonológica incorporada por Wiesemann, igualmente ignorou o importante valor cultural dessas distinções, afirmando que “os fonemas vocálicos nasalizados /ă/, /ã/ e /õ/ têm alofones em variação livre” (Kindell 1972, 204-205).

12 A aldeia de Inhacorá, segundo minha própria pesquisa, formou-se da aliança entre o grupo do Cacique Fongue e um grupo kaingang de Misiones (atual Argentina) liderados pelo Cacique Silva, na segunda metade da década de 1860 (cf. D'Angelis y Fernandes 2004).

13 O fenômeno, seu detalhamento e minha reflexão linguística sobre ele encontram-se em D'Angelis (2002) e D'Angelis (2012).

Em uma das reuniões de formação com os professores do Inhacorá, em 1999, surgiu um debate sobre a forma ortográfica da palavra para Lua, *Kysã*, uma vez que se deram conta que eles, professores, costumavam pronunciar (ou acreditavam pronunciar) sempre [ki'ʃõ] (por “saberem a forma escrita”), enquanto as pessoas mais velhas da comunidade pronunciaríamos [ki'ʃẽ]. Ao longo do debate, porém, um dos professores percebeu o equívoco da conclusão que tiravam, e trouxe à reflexão um fato, à primeira vista, intrigante: “Minha avó diz [ki'ʃẽ] quando a lua está pequena, e [ki'ʃõ] quando está grande” (D'Angelis 2002, 218).

Voltei às minhas notas de campo, de pesquisa linguística, do início dos anos 80, onde encontrei (entre outras) exatamente a seguinte distinção, apontada por João Alfredo Fortes Ndorẽ (kaingang de Nonoai):

lua	= [ki'ʃẽ]
lua (quando está para cheia)	= [ki'ʃõ] ¹⁴ .

No mesmo grupo, e no mesmo ano, definimos imagens para os cartazes que deveriam acompanhar cada unidade dos temas geradores no material de apoio para alfabetização, material que produzimos juntos. Na distribuição de tarefas, eu ficara encarregado de selecionar fotos que pudessem ser usadas nos cartazes, e submetê-las ao grupo para decisão. Quando viram a imagem que sugeri para representar a palavra NÃN 'mato' (leia-se [nõñ]), o tema escolhido para introduzir a “família silábica” do “N”, os professores a recusaram de imediato. A recusa vinha clara e diretamente apresentada pelos falantes mais ou menos nos seguintes termos: “[nõñ] é mato fechado; esse aí é [nẽñ]”.

O episódio permitiu-nos retomar a conversa sobre a diferença entre [ki'ʃõ] e [ki'ʃẽ], e dialogicamente construirmos hipóteses sobre o uso dessa diferença. Ao sugerir que se trataria de um procedimento produtivo na língua, alguns dos próprios professores, falantes nativos do kaingang, mostraram-se, senão incrédulos, um tanto hesitantes. Desenvolvemos um pouco a hipótese principal, da seguinte forma: quando se está falando de alguma coisa *compacta*, se usa a variante na pronúncia com o fonema /õ/, e quanto a mesma coisa se apresenta em uma forma não compacta, ou *comprida*, se usa a variante na pronúncia com o fonema /ẽ/.

14 Língua Kaingang - Toldo Chimbangue, SC, Cad. n.º 2, p. 91, dados 623 e 624, de 27/02/87 (Fita 9-A).

Essa oposição pela forma, como categoria gramatical, me foi sugerida pelo conhecimento de uma oposição central na cosmovisão e organização social dos Kaingang, que se dá entre as formas *ror* e *téj*. A sociedade kaingang tradicionalmente se organiza em metades clânicas exogâmicas, nomeadas *Kanhru* e *Kamẽ* (cf. Veiga 2006, 80-83), cujas pinturas cerimoniais são, respectivamente, pontos redondos e traços compridos (cf. Veiga 2006:100-101). Uma maneira tradicional de se identificarem clanicamente, duas pessoas kaingang de aldeias diferentes, que antes não se conheciam, é perguntarem-se sobre as respectivas “marcas”; a resposta será, frequentemente, uma dessas duas: *rá ror* ou *rá téj*.

Normalmente os falantes nativos traduzem aquelas expressões, para o português, por “marca redonda” (*ror*) e “marca comprida” (*téj*). Note-se, porém, que o traduzem por “redondo” e “comprido” pode ser melhor compreendido como uma oposição entre “compacto” e “estendido”. A distinção também é relevante, no uso linguístico, para selecionar a forma verbal correta quando se quer falar de “levar” ou “trazer” um objeto qualquer: objetos “redondos” pedem formas verbais iniciadas por “ma” — foneticamente [mba]— enquanto objetos “redondos” selecionam formas verbais iniciadas por “wa”.

Por fim, no mesmo evento em que discutimos a hipótese da relação entre os usos dos fonemas /ẽ/ e /õ/ com a oposição culturalmente informada entre “coisa compacta” e “coisa estendida”, tive oportunidade de demonstrar o uso adequado da distinção na fala dos próprios professores, sem que eles percebessem que estavam sendo alvo de um teste. Todos concordamos, ao final, sobre a adequação da hipótese explicativa que produzimos.

Posteriormente, em um texto acadêmico, mostrei que a distinção em questão, feita com uso das vogais /ẽ/ e /õ/, de fato podia ser feita em nomes, em verbos e em adjetivos, e discuti a adequação ou não de interpretar o fenômeno como um caso de gênero, ou como um caso de classificadores (D'Angelis 2002). Nos anos imediatamente seguintes, interagindo com professores kaingang de todas as aldeias do Rio Grande do Sul, como professor no Projeto Vãfy, um outro importante uso me foi esclarecido por eles: se emprega formas com /ẽ/ para falar carinhosamente, e com /õ/ em uso “normal”. Por exemplo, para um homem que chegue à porta da sala, se diz “Kur kõrõ”, como convite para que entre logo; mas se quem está à porta é uma criança, ou uma moça, será melhor dizer “Kur kẽrẽ”.

6. CONCLUSÃO. Um princípio assumido e defendido pelo autor dessa reflexão é que os fins não justificam os meios, mas o contrário, os meios condicionam os fins. Do mesmo modo, estou seguro de que a forma como se produz conhecimento sobre uma (outra) língua condiciona o conhecimento (ou desconhecimento) resultante. Estou igualmente convicto, por minha própria experiência, que a pesquisa colaborativa é, não apenas a que melhor atende aos imperativos éticos de uma investigação socialmente responsável, como também a que atinge melhores resultados, em termos de conhecimento linguístico.

AGRADECIMENTO

Com algumas diferenças (e título diferente), o núcleo deste trabalho foi lido no GT 01 ("Otras" lenguas y sus hablantes: Lecturas etnográfico-antropológicas), na XI RAM (Reunião de Antropologia do Mercosul). Montevideo, 30.nov. - 04.dez.2015. O autor é grato às sugestões do parecerista anônimo.

BIBLIOGRAFIA

- Caldarelli, S. B. e M. C. M. Monteiro dos Santos. 2000. "Arqueologia de contrato no Brasil". *Revista USP* 44: 52-73.
- Czaykowska-Higgins, Ewa. 2009. "Research models, community engagement, and linguistic fieldwork: Reflexions on working within Canadian Indigenous Communities". *Language Documentation & Conservation* 3.1: 15-50.
- D'Angelis, Wilmar da Rocha. 2002. "Gênero em Kaingang?". In *Línguas Jê: Estudos vários*, organizado por Ludoviko C. dos Santos e Ismael Pontes, 215-242. Londrina: UEL.
- . 2011. "Pesquisa em língua indígena e compromisso social da Universidade". In *Pensando as línguas indígenas na Bahia*, organizado por Consuelo P. G. Costa, 19-29. Campinas: Curt Nimuendajú.
- . 2012. "Kaingang: gender or classifiers?". *Revista Brasileira de Linguística Antropológica* 4.1: 137-156.
- D'Angelis, Wilmar R. e Daniela S. B. Fernandes. 2004. "O vocabulário Kaingáng de Ambrosetti (1894) e as relações linguísticas e históricas da Aldeia de Ingacorá (RS) com Misiones (Arg.)". *LIAMES - Línguas Indígenas Americanas* 4: 83-89.
- Gajardo, Marcela. 1986. *Pesquisa participante na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.
- Rice, Keren. 2011. "Documentary linguistics and community relations". *Language Documentation & Conservation* 5: 187-207.
- Richardson, Roberto Jarry. 2004. "Pesquisa participante e pesquisa-ação". In *Pesquisa-ação*, organizado por Roberto Jarry Richardson, 175-192. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- Samarin, W. J. 1967. *Field linguistics*. New York: Rinehart & Winston.
- Veiga, Juracilda. 2006. *Aspectos fundamentais da cultura Kaingang*. Campinas: Curt Nimuendajú.

Wilmar R. D'Angelis

Universidade Estadual de Campinas

wilmar.unicamp@gmail.com

Trabajo recibido el 27 de abril de 2016 y aprobado el 21 de mayo de 2016.